



Histórias cruzadas: extensão rural no Brasil (do Oiapoque ao Chuí) e Angola (de Cabinda ao Cunene)

José Himi Ndambuca
Cristiane Hengler Corrêa Bernardo
Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani
Roberto Bernardo

Como citar: NDAMBUCA, José Himi; BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith; BERNARDO, Roberto. Histórias cruzadas: extensão rural no Brasil (do Oiapoque ao Chuí) e Angola (de Cabinda ao Cunene) *In:* VALENTIM, Marta Lígia Pomim; CASTRO, Rosane Michelli de; DANIEL, Niembo Maria; MANUEL, Damião de Almeida (org.).

Construindo ciência em cooperação internacional

acadêmico-científica: Brasil e Angola. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.263-288. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-570-4.p263-288>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 11

HISTÓRIAS CRUZADAS: EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (DO OIAPOQUE AO CHUÍ) E ANGOLA (DE CABINDA AO CUNENE)

José Himi Ndambuca

Cristiane Hengler Corrêa Bernardo

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

Roberto Bernardo

1 INTRODUÇÃO

A história de uma sociedade se confunde com a história do próprio tempo. Corroborar para essa afirmação o texto localizado na contracapa da obra ‘A escrita da história’ de Certeau (2002) que traz a seguinte consideração: “Fazer história é estabelecer uma relação com o tempo. Esta relação não é nem a primeira e nem a única possível”.

A história dá pistas importantes sobre os movimentos que conduzem os fatos para determinados trajetos e, seguir essas pistas é revisitar o passado com os olhos do presente. Certeau (2002) afirma ainda que o ato de “[...] escrever a história é gerar um passado, circunscrevê-lo, organizar o material heterogêneo dos fatos para construir no presente uma razão”.

Nesse sentido, fazer uso da história para compreender a importância dos acordos de cooperação, para extensão rural, entre Brasil e Angola e, como isso se configurou ao longo do tempo, poderá proporcionar reflexões

sobre como estabelecer novas relações bilaterais entre esses países distintos, mas com algumas similaridades. Contribuindo assim, com elementos para a elaboração das políticas públicas de extensão voltadas para o desenvolvimento rural em ambas as realidades.

Dentre os principais aspectos em comum, se destaca o fato de terem sido colonizados por portugueses, terem a mesma língua, clima tropical, influências culturais e amplo espaço territorial. Até mesmo as expressões que ‘medem’ a extensão dos territórios encontram equivalência nos países – no Brasil, uma expressão conhecida que percorre o país de norte a sul - diz ‘do Oiapoque ao Chuí’¹; em Angola o equivalente se diz ‘de Cabinda ao Cunene’².

Ressalta-se que, em números absolutos, há também grandes diferenças entre ambos os países. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2018, o Brasil contava com mais de 208 milhões de habitantes, distribuídos em uma área de 8.511.000 km²; um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,699, considerado ‘Alto’³ e um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 2 trilhões de dólares. Já Angola contava com 29,78 milhões de habitantes, ocupando uma área de 1.246.700 km²; um IDH de 0,581, considerado ‘Médio’ e um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 124 bilhões de dólares (PNUD, 2018).

Tais diferenças também são evidenciadas ao se olhar para a prática agrícola em ambos os países. O governo atual de Angola⁴ tem destacado

¹ Apesar da expressão do Oiapoque ao Chuí ter ficado conhecida por representar os extremos do Brasil, o Oiapoque não é o verdadeiro extremo norte do país e sim o Monte Caburaí, localizado no estado de Roraima. No entanto, optou-se por usar a expressão “do Oiapoque ao Chuí”, que é a conhecida nacionalmente como indicação de uma ponta a outra.

² A expressão de Cabinda a Cunene (de norte a sul do país) teve sua popularização com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O MPLA após a Independência do país, ocorrida em 11 de novembro de 1975, resolveu defender um novo nacionalismo, baseado na língua portuguesa e na própria luta de libertação. Tal nacionalismo, refletido nas fronteiras da era colonial, trouxe o lema ‘Todo o povo angolano de Cabinda ao Cunene’. “Essa visão abrangente de uma unidade nacional tornou-se emblemática dos objetivos ideológicos do MPLA” (Ball, 2019, p.822).

³ Escala definida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vai de Muito Alto, Alto, Médio e Baixo.

⁴ Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, cujo governo teve início em 2017.

a importância do investimento na agropecuária, no entanto, um cenário positivo para o setor ainda está longe do ideal. Após, aproximadamente 30 anos de Guerra Civil, Angola passou a depender da importação para atender quase toda a sua necessidade de alimento. Apesar de um histórico anterior ligado à prática agrícola, a guerra e a dependência da produção de petróleo afastaram a sociedade angolana da produção agrícola. A consequência é que hoje, apesar do enorme potencial agrícola vislumbrado, as técnicas agrícolas utilizadas no país são ultrapassadas e a agricultura é produzida apenas para subsistência. Muito precisa ser investido e, cooperações com países que possam levar a informação agrícola para o país serão fundamentais para reerguer a produção agrícola em Angola (Vilas-Bôas, 2014).

Fernandes (2017) também faz essa consideração ao afirmar que após o longo período de guerra civil no país, um dos grandes desafios a ser enfrentado por Angola até os dias atuais, é a questão da pobreza e da insegurança alimentar⁵. Embora tenha saído de condições dramáticas, vividas no imediato pós-guerra, a situação ainda hoje requer preocupação.

Já o Brasil é um país com uma vasta experiência agrícola e apresenta um avanço tecnológico relevante na área. O *know how* do Brasil com relação ao agronegócio é fomentado por números consideráveis que conduziram o país para toda a evolução apresentada no setor. O Brasil dispõe de 388 milhões de hectares em terras agricultáveis, com possibilidade de alta produtividade; quase 13% de toda a água doce do planeta; energia em abundância e chuvas regulares. Tais fatores possibilitam com que o agronegócio seja o principal setor econômico do país, respondendo por um a cada três empregos gerados (MAPA, 2015a). A tecnologia empregada no setor atualmente tem sido desenvolvida com investimentos nas áreas de pesquisa agropecuária e transferida ao campo por meio da extensão rural. A história da extensão rural no Brasil evidencia esses avanços, assim como identifica as dificuldades encontradas na atualidade pelos pequenos produtores rurais, na ausência da mesma.

⁵ Para saber mais sobre pobreza e insegurança alimentar em Angola consultar Pinto (2008).

Nesse sentido, conhecer os movimentos de implantação de acordos de cooperação voltados para as atividades agropecuárias, ao longo do tempo, em países cujas culturas estão inter-relacionadas, mas que apresentam características tanto convergentes quanto divergentes, pode ser fundamental para que se amplie a colaboração entre os países e possam ser estabelecidos novos acordos de cooperação para a extensão rural e transferência de tecnologia.

2 IMPORTÂNCIA DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO DE EXTENSÃO RURAL

Antes de tratar especificamente sobre os acordos de cooperação é importante apresentar um breve cenário da situação de Angola no que se refere a produção de alimentos, de insegurança alimentar e ainda de fatores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e que impactam diretamente na capacidade de formação para qualquer atividade produtiva.

Pinto (2008) considerava como dramática a situação em muitas regiões de Angola em 2004, visto que 68% ainda viviam abaixo da linha de pobreza e 26% viviam na pobreza extrema. A situação dramática é ainda mais evidente na zona rural, onde a pobreza afetava 94% da população. Em 2020, o Instituto Nacional de Estatística (INE) do Governo angolano divulgou Relatório de Pobreza Multidimensional em que a taxa da pobreza em Angola não se alterou muito (Angola, 2020).

Essa situação alarmante é refletida também no IDH – 0,574, com o 149º lugar no ranking dos países, em um total de 177º (ONU, 2018). De acordo com INE, no recenseamento realizado em Angola, no ano de 2014, o país apresentava uma expectativa de vida de 60,2 anos, com as variações de 55,5 para os homens e 63,0 para as mulheres. Com relação aos índices de alfabetização, apenas 65% da população de 15 anos ou mais, sabiam ler e escrever. Essa taxa aumenta para 76,9% quando se estabelece uma faixa entre 15 e 24 anos. Cabe, no entanto, destacar que esse índice apresenta uma diferença muito significativa entre homens e mulheres. Enquanto

aproximadamente 80% da população masculina, com mais de 15 anos, eram alfabetizados, apenas 53% das mulheres estavam nessas mesmas condições (INE, 2014).

No que se refere a escolarização formal, em 2014, os angolanos apresentavam índice de frequência ao ensino primário de 76% da população, sendo que 83,6% na área urbana e 63,5% na zona rural. Já no segundo ciclo do ensino secundário essa taxa caiu, acentuando ainda mais a disparidade entre os sexos, sendo 12,8% para os homens e 1,5% para as mulheres. A população com ensino superior correspondia a menos de 1% da população total do país, sendo a grande maioria vivia em áreas urbanas (226.732 vivem em áreas urbana, e 7.944 em áreas rurais) (INE, 2014).

Os dados do INE (2014) indicavam que mais de um terço da população encontrava-se em estado de subnutrição, em que a quantidade de alimento ingerida não satisfaz as necessidades de energia e/ou nutrientes. Entre as crianças a situação tem sido considerada crônica e se torna aguda para cerca de mais de 30% da população infantil. Dentre os fatores que dificultam o acesso ao alimento estão os baixos níveis de renda das famílias, elevado preço dos alimentos, falta de acesso para a produção de alimentos (terra e insumos) e abastecimento de água. Esses dados reforçam a alta taxa de mortalidade infantil de Angola, 150 óbitos de crianças com menos de cinco anos a cada 1000 crianças nascidas, o que a faz detentora de uma das maiores taxas do mundo.

Estudos mais recentes realizados pela *Food And Agriculture Organization Of United Nations* (FAO) em 2017, indicam um consumo médio de alimentos em Angola da ordem de 1750 kcal por dia por pessoa, apresentando um aumento se comparado a anos anteriores. Esse consumo, no entanto, oculta uma realidade já indicada pelo INE (2014) e que continua presente, o fato de a desnutrição generalizada ainda prevalecer no país.

Apesar dos altos índices de mortalidade infantil, de pobreza, de insegurança alimentar e baixo IDH, Angola é um dos países mais ricos do continente Africano, principalmente em virtude do petróleo e dos diamantes.

Apresenta também um alto potencial agrícola que ficou adormecido no período de guerra, mas que volta a discutido (Rocha, 2012).

Fatores como inflação alta e dependência do mercado externo têm sido um dos principais entraves para viabilizar investimentos no setor agropecuário. Grande parte dos insumos e equipamentos agrícolas são importados, o que aumenta consideravelmente o custo de produção, além do baixo conhecimento técnico para a produção agrícola (Mwaikafana, 2018; Rela, 2005).

De acordo com dados de um estudo realizado pela *Mordor Intelligence* (2019), Angola importa hoje mais da metade dos alimentos dos quais necessita. É o quinto maior mercado importador de produtos avícolas dos Estados Unidos da América (EUA) e o terceiro maior mercado importador do continente Africano de produtos agrícolas. Entre as principais importações estão: legumes secos (US\$ 51,58 milhões); cebolas (US\$ 35,00 milhões); maçãs e peras (US\$ 17,98 milhões); arroz (US\$ 14,25 milhões); batatas (US\$ 9,99 milhões); frutas cítricas em especial a laranja e o limão (US\$ 8,96 milhões); o chá e o café (US\$ 8,1 milhões) e o milho (US\$ 5,17 milhões).

Como já se destacou na introdução, o Brasil apresenta uma agricultura bastante desenvolvida e o agronegócio se destaca na economia do país. Angola, por sua vez, se encontra muito atrasada em termos de tecnologias e manejos agrícolas, de modo que os acordos de cooperação nessa área poderão lhe trazer grandes benefícios. Como afirmam Pacheco, Carvalho e Henriques (2013), o fato dos produtores familiares em Angola representarem 99% dos produtores rurais, reforça ainda mais a necessidade de um serviço de assistência técnica de extensão rural eficiente.

Essa afirmação ganha força em alguns relatórios realizados por organismos internacionais e que têm destacado parcerias que devem ser fortalecidas. Um exemplo disso, pode ser conferido no relatório do Escritório Independente de Avaliação (IOE) do Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (*International Fund for Agricultural Development*) (FIDA) que, em 2017, realizou uma Avaliação da Estratégia

e do Programa do País (CSPE) em Angola. Nesse relatório, o IOE indica oportunidades para serem exploradas com o Brasil, principalmente com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no que se refere à organização da pesquisa agrícola voltada para a agroecologia, coleta de água, conservação e recuperação da fertilidade do solo em condições edáfica e climáticas tropicais (IOE, 2017).

Reforçam essa perspectiva Shankland e Gonçalves (2016), ao dizerem que o Brasil, com experiência em agricultura tropical e subtropical, com condições semelhantes às disponíveis na África, pode propiciar a Angola conhecimentos técnicos e tecnologia para o desenvolvimento da sua agricultura. Por sua vez, Angola tem à sua disposição uma grande população rural que retornou para o campo e uma crescente visão de que a agricultura tem que ser considerada uma área prioritária.

Nesse contexto, percebe-se que as realidades do setor agropecuário no Brasil e em Angola são diversas, com algumas aproximações que podem ser relevantes para que um processo de cooperação para extensão rural e transferência de tecnologia entre os países seja empreendido. Algumas iniciativas já marcam as relações exteriores entre o Brasil e Angola. Mendonça (2016, p.6) reforça essa afirmação ao dizer que os laços que unem os países são mais frouxos ou mais apertados dependendo do contexto internacional, das políticas internas desses países e da importância que atribuem a essas relações. As relações entre Angola e Brasil têm sido dicotômicas, variando “entre aproximação e distanciamento, dependentes de condicionantes internas e do processo de reestruturação internacional, sobretudo, no pós-guerra fria, sendo que a tendência atual remete para um crescente interesse mútuo e incremento das relações”.

Assim, as relações cooperativas encontram fértil terreno para serem fortalecidas. Mendonça (2016, p.6-7), ao analisar as relações entre Angola e Brasil, afirma que as dinâmicas travadas pela diplomacia são marcadas por fatores sócio-históricos, mas se pautam em interesses estratégicos da economia que se refletem “na introdução de empresas brasileiras, integração de tecnologias e treino adaptadas aos problemas do país, e alianças

nos fóruns multilaterais para defesa de interesses comuns na área do desenvolvimento”. O autor complementa a reflexão dizendo que ambos os países podem, por meio das relações bilaterais, diversificar seus mercados de exportação, principalmente com base “na experiência técnica brasileira, que em duas décadas se transformou de importador para um dos maiores exportadores de produtos agrícolas a nível mundial”.

A experiência técnica agrícola brasileira e as aproximações entre Brasil e Angola, podem abrir espaço para acordos de cooperação entre os países, propiciando desenvolvimento rural sustentável e abertura ou fortalecimento de relações bilaterais. Tal perspectiva encontra ressonância em Alves e Mafra (2017) que, ao discutirem a influência brasileira na agenda social internacional, afirmam que o agravamento dos quadros de insegurança alimentar na África demanda o surgimento de atores mais proativos.

Cirillo, Nogueira e Soares (2016, p.17) indicam o potencial do Brasil para atuar como ator principal nesse cenário, ao afirmarem que as “[...] inovações do Brasil mostram novas maneiras de reduzir a pobreza e a insegurança alimentar nos países em desenvolvimento, mas o modelo conceitual precisa ser adaptado a cada contexto específico”.

A preocupação com a insegurança alimentar também têm sido verbalizada pelos próprios representantes dos governos ao longo do tempo, como é o caso da fala do ex-ministro da agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola, Gilberto Buta Lutucuta, que, durante a 26ª sessão do Conselho de Governadores do FIDA, em 19 de fevereiro de 2003, em Roma, na Itália, disse que a paz pode trazer novas esperanças para camponeses e agricultores, “muitos foram obrigados a abandonar os locais de residências, estão agora a regressar para as suas zonas e, vão retomando a atividade produtiva, por formas a satisfazer as suas necessidades básicas e participar na grande batalha contra a fome e a pobreza” (FIDA, 2003).

O ex-ministro complementou ainda dizendo que a segurança alimentar continua sendo o principal objetivo das políticas voltadas para o setor e que para solucionar esse problema é necessário um investimento em pesquisa agrária e extensão rural, com capacitação dos quadros do setor

(FIDA, 2003). Para essa compreensão, apresenta-se como está configurada a extensão rural em Angola.

3 EXTENSÃO RURAL EM ANGOLA

Em Angola, a trajetória da extensão rural é mais recente que no Brasil⁶ e bem menos experiente. Começou entre as décadas de 1950 e 1960, com as missões religiosas e, em seguida, outros organismos passaram a adotar a metodologia extensionista, visando o desenvolvimento da cultura de cereais no planalto central e, nas outras regiões, as culturas silvo pastoris e do algodão. Posteriormente, foi implementado o café, na região norte (Angola, 2008).

Destaca-se que o termo extensão rural é também conhecido em Angola como ‘vulgarização’ ou ainda ‘animação rural’. O princípio da atividade educativa extensionistas em Angola é marcado pela intervenção do governo, por meio dos técnicos, na prática agrícola do país. Tal intervenção fez com que a política agrícola traçada pelo país fosse rigorosamente seguida e difundidos métodos mais modernos de produção. No entanto, tal como no Brasil, a importação de técnicas mais modernas sem a aplicação à realidade de Angola nos anos de 1950 e 1960, fez com que os produtores rurais não adotassem tais práticas. Foram então considerados ignorantes e alegou-se que esses não estavam em consonância com o novo contexto socioeconômico agropecuário (Angola, 2014).

Na década de 1960, surge a Missão de Extensão Rural de Angola (ERA), que traz uma nova filosofia de intervenção, assentada no ensino informal dos camponeses, por meio da popularização das formas de produção e de acesso ao crédito agrícola, inserindo práticas de apoio social voltadas para as atividades domésticas das famílias. A ERA tinha como objetivo introduzir uma nova metodologia de trabalho integrada e participativa, visando a melhoria nas produções e nas condições de vida da população nas áreas onde foram implementados os projetos (Pain, 2007).

⁶ Início oficial da extensão rural brasileira ocorreu em 1930. Para saber mais da extensão rural no Brasil consulte Vieira *et al.* (2020).

Em 1975, houve uma paralisação nas atividades agrícolas e serviços de extensão, devido ao conflito armado pela Proclamação da Independência nacional. O clima de instabilidade vivido em Angola, em decorrência da independência, fez com que cerca de 300 mil portugueses (denominados colonos brancos) abandonassem o país em direção a Portugal. Tal êxodo teve um enorme impacto negativo na reconstrução da zona rural, visto que muitos portugueses ocupavam o quadro técnico no governo Angolano (Pain, 2007).

Pain (2007) destaca que a ausência dos técnicos portugueses foi em parte solucionada pelos profissionais enviados por Cuba para ajudar Angola. Ainda hoje nas ruas de Luanda pode-se perceber a influência cubana, como no Estádio de Cidadela.

Ainda no ano da Independência de Angola, o Artigo 8 da Lei Constitucional de 1975 prevê que a “República Popular de Angola considera a agricultura como base e a indústria como fator decisivo no seu desenvolvimento”. Depois, ainda dando enfoque na agricultura, o governo angolano decidiu chamar o ano de 1978, como ano da agricultura.

Galli (1987) relata que nos primeiros anos da independência, ainda motivados com a libertação, mais de 90 mil camponeses atenderam ao pedido do governo angolano em constituir cooperativas agropecuárias. No entanto, o governo não ofereceu nenhum apoio de fato a eles. Assim, aos poucos o governo foi criando as chamadas fazendas estatais, controlando toda produção agrícola no país. Em termos de base e operacionais a intervenção do Estado se deu por meio das chamadas Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) vinculada ao Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), que foram incumbidos de dar apoio técnico e material aos camponeses e às cooperativas.

Nas áreas que receberam a intervenção das chamadas EDA é constatada uma melhoria do apoio técnico e material o que se refletiu em resultados positivos, sobretudo no caso da produtividade do milho, do tabaco e do algodão (ADRA, 2003; Galli, 1987).

No entanto, as estações tiveram como base intervencionista a modernização da agricultura camponesa, sem, no entanto, criar um cenário que possibilitasse tal modernização. Estabeleceu-se uma dependência muito grande entre as associações e o Estado, agravada pela degradação das estruturas do setor. Na tentativa de solucionar tais problemas, o governo cria em 1990, a União Nacional dos Camponeses Angolanos, de modo a fomentar uma maior participação dos camponeses nas atividades econômicas, sócias e políticas do país. A UNACA estabeleceu programas que poderiam resultar em uma aproximação entre camponeses e os caminhos para a solução. No entanto, esses projetos só aumentaram a burocracia e o distanciamento entre as soluções e os camponeses (ADRA, 2003; Galli, 1987).

Para Cardoso (2004), o declínio da agricultura angolana no período pós-independência é caracterizado por quatro fatores principais. O primeiro foi o fato da população rural angolana, com baixa formação profissional e educacional ter ficado sem assistências técnicas científicas e econômicas em decorrência da fuga dos técnicos agrários qualificados e dos colonos que cuidavam da comercialização. O segundo fator decorre da nacionalização das fazendas abandonadas pelos colonos, sendo que o Estado não conseguiu efetuar uma boa gestão. Em terceiro está o aumento da população e conseqüente aumento de demanda por alimentos. E, por último, a ausência de incentivos para a produção de excedentes, decorrentes da deficiência nos sistemas de transporte, comunicação e comercialização.

Somente em 2008, o Governo Angolano volta a oferecer o serviço de Extensão Agrícola, com a implantação do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, sob a tutela do Instituto de Desenvolvimento Agrário, vinculado ao Ministério da Agricultura (MINAG) (Angola, 2008).

Percebe-se uma lacuna temporal de mais de 30 anos no desenvolvimento rural em Angola. Tal lacuna registra também uma defasagem evidente na tecnologia agrícola e, conseqüentemente, uma inexistência nos serviços de extensão rural. Apesar disso, há na atualidade um cenário promissor para a evolução do agronegócio em Angola, como se pode perceber

nos dados do Orçamento Geral do Estado (OGE), que indicavam que, já em 2011, a agricultura era um dos setores mais dinâmicos para o crescimento da economia.

No entanto, Conceição Neto (2006) alerta para os perigos de uma que dependa exclusivamente do petróleo. O autor atribui ao petróleo o empobrecimento da maioria da população e destaca a dificuldade da revitalização do setor agrário no país. Com a economia dependendo quase exclusivamente do Petróleo as riquezas ficam nas mãos de pouco, não havendo investimentos em outros setores da economia. Nesse sentido, a exploração da terra passa a ser puramente extrativista.

Pacheco, Carvalho e Henriques (2013) relatam que antes da Guerra Civil, Angola era um país com autossuficiência na produção de alimentos. Entretanto, o conflito armado que durou 27 anos, fez com que parte considerável da população migrasse para a zona urbana, o que diminuiu consideravelmente a produção agrícola, reduzindo-a a uma agricultura de subsistência e dependente da importação.

A população que permaneceu no campo recebeu apoio de uma ONG (Organização Não Governamental) Angolana, denominada Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). Fundada em 1991, os objetivos do programa de extensão desenvolvimento pela ADRA eram os seguintes: desenvolver as comunidades com a intervenção de agentes externos à comunidade; identificação da área era promovida sem a participação da comunidade; a ação era dirigida ao ‘homem da família’ e não a mulher; promoção da indústria caseira; desenvolver a pesquisa técnica (ADRA, 2003). A ADRA continua atuante ainda nos dias atuais.

Como principal responsável governamental pelas estratégias para o setor agrícola em Angola, o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER) tem desenvolvido algumas iniciativas que visam o desenvolvimento do setor no país. Dentre tais iniciativas, está o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR) que, implantado oficialmente em 2005, no município de Andulo, no Bié, tem como objetivos contribuir para a segurança alimentar e redução da pobreza; integração das comuni-

dades rurais ao desenvolvimento econômico e social do país; organização da produção das comunidades rurais; aumento da produção e da produtividade das empresas agrícolas familiares; melhoria na condição e qualidade de vida da população abrangida. Entende-se como empresa agrícola familiar aquela unidade de terra onde trabalham essencialmente a família e que visa satisfazer às suas necessidades alimentares, comercializando apenas o excedente da produção (Angola, 2014). Muito semelhante ao conceito de agricultura familiar no Brasil.

Percebe-se que a República de Angola tem, em parte, sua produção agropecuária organizada pela sociedade camponesa. Esta, no entanto, não é estática e tem evoluído e sofrido influências externas, principalmente trazidas com as parcerias internacionais que afetam as técnicas agrícolas. Atualmente as comunidades camponesas angolanas estão organizadas em quatro tipos de empresas agrícolas familiares. A primeira delas mantém sua economia baseada na subsistência; a segunda são que asseguram grande parte das suas necessidades, mas que geram excedentes regularmente e já apresentam alguma importância comercial; a terceira que cuja atividade está mais focada na economia agropastoril e parte das receitas monetárias são obtidas com o comércio de animais. A atividade é complementada com uma produção agrícola que varia de região para região e apenas uma parte é destinada às necessidades de consumo, tendo uma importância comercial relevante. A quarta e última, aquela que cuja economia é claramente influenciada pela produção mercantil, sendo reduzida a produção destinada à subsistência da família, comercializando a produção e em algumas épocas chegam a contratar mão-de-obra assalariada (Angola, 2014).

Para a FAO (2017), o alto índice de importações ocasiona sérias consequências para a segurança alimentar de Angola, sobretudo junto às famílias de baixa renda, o que significa mais de metade da população do país. Na tentativa de mudar esse cenário, o governo Angolano cria, em 2009, a Estratégia Nacional de Segurança e Nutricional (ENSAN), com um plano para o período entre 2009 e 2013. A ENSAN tinha como objetivos aumentar e diversificar a produção agropecuária de modo sustentável, ofertando um melhor abastecimento de alimentos para a população e me-

lhores condições para o meio rural. Visava ainda garantir a disponibilidade de alimentos, interligando zonas com excedentes e zonas com demandas e também revitalizar e diversificar a economia rural angolana, como estratégia para o combate à fome e à pobreza e maior segurança alimentar (Pacheco; Carvalho; Henriques, 2013).

Tal estratégia fazia parte do PND 2013-2017, que por meio do Ministério do Planeamento de Desenvolvimento do Território (MPDT) implementou alguns programas e políticas públicas para os setores econômico, infraestrutura e social. O setor econômico englobou as áreas da agricultura, da pesca e do comércio. A infraestrutura abrangeu a água, energia e o setor de construção civil e o social atingiu a família, a mulher, a saúde, a educação, a habitação e a reinserção social (Angola, 2012).

O Ministério tinha como objetivos promover uma agricultura mais competitiva que fosse além da agricultura de subsistência e se desenvolvesse para o mercado; expandisse as infraestruturas e apoio para a produção agropecuária visando a autossuficiência alimentar e, conseqüentemente reduzisse a importação; promovesse atividades econômicas mais diversificadas e a criação de empregos, aumentando a capacidade de renda dos agricultores familiares (Angola, 2012).

Para que os objetivos fossem atendidos, o MPDT criou os seguintes programas: 1. Programa de fomento da atividade produtiva: que visava a realização de ações que dessem apoio às campanhas agrícolas, assim como fomentassem a produção de sementes; 2. Programa de desenvolvimento da agricultura familiar: que tinha como meta a reabilitação e a construção de 30 Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA), o incentivo à agricultura familiar voltada para o mercado e o aumento da capacidade de assistência técnica aos produtores; 3. Programa de desenvolvimento da agricultura comercial: que objetivava garantir a instalação dos polos agroindustriais de Capanda, Cubal, Longa, Quizenga, Pedras Negras, Camabatela, além de dar apoio ao programa de desenvolvimento agropecuário de reabilitação das estações experimentais do café de Amboim e Ganda, por meio do de-

envolvimento de uma campanha de marketing que visava a promoção do Café de Angola (Angola, 2012).

Apesar do esforço empreendido, Pacheco, Carvalho e Henriques (2013) alertam que muitos fatores ainda dificultam o desenvolvimento agrícola em Angola, dentre os principais pode-se destacar a falta de mão-de-obra qualificada, a indisponibilidade de recursos financeiros e a ausência de incentivos aos produtores e extensionistas. Tais fatores acabam por gerar consequências indesejáveis para um país que pretende desenvolver o setor agrícola. Dentre estes fatores, Pacheco, Carvalho e Henriques (2013) destacam a baixa produtividade em decorrência do baixo nível tecnológico disponível no país e por dificuldades de acesso a insumos para a produção agrícola, nas quantidades necessárias e no momento adequado; as pesquisas voltadas para o setor não evoluíram, não há investimento em programas de investigação, assim como em laboratórios; a gestão empresarial é deficiente; os custos de produção associados à importação de insumos de produção são elevados e à escassa experiência e atuação no setor, sobretudo na comercialização, por parte dos diferentes atores, incluindo a governança.

Nota-se um esforço governamental e de organismos internacionais na revitalização do setor, por meio dos vários programas de extensão rural que integram as políticas agrárias do Governo Angolano. No entanto, tais esforços ainda não têm sido suficientes para promover a revitalização do setor de modo a combater de fato a pobreza e a fome (FAO, 2017).

Segundo Magaja e Agai (2018), desenvolver o setor agroalimentar de Angola é ponto fundamental para o combate à pobreza e à redução da fome. A infraestrutura, a aquisição de insumos, de capital de giro e de maquinários agrícolas precisam ser fomentados para que os produtores possam ter acesso a tais recursos. E, para tanto, as taxas de juros precisam ser reduzidas.

Reis (2019) indica ainda que o somatório dos fatores - bom nível educacional, boas habilidades e competências dos agricultores e acesso a insumos de produção devem estar num ambiente onde haja acesso a crédito. Estudos realizados por Dong, Lu e Featherstone (2010) concluíram

que produtores rurais familiares poderiam aumentar em 31,6% a produtividade agrícola caso tivessem acesso ao crédito. Ayaz, Hussain e Sial (2010) destacam ainda que no setor agroalimentar a restrição ao crédito tem um impacto negativo ainda maior.

Mbomba *et al.* (2009, p.81) acreditam que os programas de extensão rural angolanos poderão desempenhar um papel de grande importância, se observarem medidas que visem o aperfeiçoamento tecnológico para as atividades agrícolas, assim como houver a facilitação de acesso ao que chamam de “[...] fatores produtivos, tais como sementes melhoradas, fertilizantes e máquinas agrícolas e o acesso ao crédito”.

Nesse sentido, torna-se importante compreender os convênios com países com forte tradição agrícola e com capacidade para auxiliar na transferência de tecnologia para o campo, como é o caso do Brasil e adaptar suas técnicas à realidade de Angola. Verificar o que já foi feito poderá indicar caminhos futuros para novos convênios e para políticas públicas de transferência de tecnologia em Angola.

4 COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ANGOLA

O Programa de Cooperação entre Brasil e Angola tem como marco jurídico um Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica assinado entre os governos em 11 de junho de 1980⁷, antes mesmo da criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), mas somente promulgado em 05 de outubro de 1990 pelo Decreto N° 99.558, no governo brasileiro de Fernando Collor de Mello e do ainda Presidente Angolano José Eduardo dos Santos (1979-1992; 1992-2017). Este acordo previa a cooperação entre os países nas áreas de agricultura, meio ambiente, educação, formação profissional, saúde, cultura, administração pública, estatística e esportes (ABC, 2020). Destaca-se que o maior foco foi dado ao ensino profissio-

⁷ Acordo assinado entre o Governo do Presidente Angolano José Eduardo dos Santos (MBL), que ficou por 38 anos no poder (1979 – 1992 e 1992-2017) e Governo Militar de João Baptista de Oliveira Figueiredo que terminou em 1985.

nalizante, sobretudo em função da necessidade de reconstrução de Angola (Rosa, 2011).

Em 23 de junho de 2006, Brasil e Angola assinam um novo acordo de cooperação técnico científico. As declarações do presidente do Brasil e Angola à época ressaltam o objetivo desse novo acordo.

A relação entre Brasil e Angola está marcada pelo entendimento, a compreensão. São laços históricos que unem Brasil e Angola. Fala do Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva. [...] é um intercâmbio de informações, uma parceria estratégica em áreas importantes, a transferência de tecnologia e conhecimento. Fala do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos (Correio Brasiliense, 2010).

O Brasil, no acordo de 2006⁸, disponibilizou US\$ 2,5 bilhões em linhas de crédito para financiamento de bens e serviços para Angola, o que fez do país africano o maior beneficiário dessa modalidade de crédito, tornando-a um dos principais parceiros comerciais do Brasil (Rosa, 2011). De acordo com Mendonça Júnior e Faria (2015), diferentemente dos argumentos anteriores para os acordos tratados com o Continente Africano, no governo Lula a relação bilateral não tinha suas bases apenas nos laços culturais e étnicos que marcam o Brasil e África. Os autores observam que a potencial economia africana e uma demanda crescente por mão de obra qualificada é que justificam a reaproximação entre o Brasil e a África.

Percebe-se desse modo, uma lacuna considerável entre 1990 e 2006. Isso não significa que não houve aproximação em outras searas que não da cooperação voltada para a extensão rural e transferência de tecnologia, a que se dedica essa pesquisa. No entanto, autores como Ribeiro (2008) e Mendonça Júnior e Faria (2015) informam que em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a política de relações exteriores e articulação de parcerias também não tinha a África em suas prioridades. Os autores dão base a essa discussão apresentando como um dos argumentos o fechamento de seis embaixadas, quais sejam: Adis Abeba (Etiópia), Dar Es

⁸ Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Salam (Tanzânia), Iaundé (Camarões), Kinshasa (República Democrática do Congo), Lomé (Togo) e Lusaca (Zâmbia). Por outro lado, a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrida no ano de 1996, mas já em articulação desde o governo José Sarney (1985-1989), ocorreu durante o Governo de FHC.

Após 2006 vários projetos relacionados ao Acordo de Cooperação assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com Angola, podem ser localizados, em um relatório emitido pela Cooperação Técnicas entre Países em Desenvolvimento (CTPD), 10 projetos em execução naquele ano, sendo que três deles eram voltados para agricultura. O primeiro, “Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos” (código BRA/04/044 – S231), tinha como objetivo “Dotar os técnicos do setor de ATER de Angola de maior competência e habilidade para fazer a gestão de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do espaço rural”. Como representantes do Brasil estavam a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do distrito Federal (EMATER-DF) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Da parte de Angola - o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MINADERP) e uma verba de US\$ 139.317,00 para o desenvolvimento do projeto. Na ocasião do relatório, o projeto estava parado e havia a previsão de que seria enviada uma missão a Angola para a revisão do projeto, a data prevista era de abril de 2012. Não se conseguiu confirmar a ida da missão, uma vez que não foram localizados documentos que atestem essa viagem. No entanto, a verba está no relatório como não utilizada. Apenas em 2014, há o registro da ida de uma missão para Angola registrada pela própria EMATER-DF (2018).

“Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola” (BRA/04/044-S232) foi o segundo projeto que tinha como objetivo o “Fortalecimento institucional da área de formação profissional rural em Angola e nivelamento técnico de profissionais de ciências agrárias do IDA”⁹. Como instituições executoras, pelo lado brasileiro, havia o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do lado angolano o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

⁹ Instituto de Desenvolvimento Agrário de Angola.

(MINADERP) por meio do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA). Ao todo o projeto contava com uma verba de US\$ 86.203,25. Na ocasião de publicação do relatório em 2011, as atividades estavam em andamento, sendo que parte delas já havia sido executada (Brasil, 2012).

O terceiro projeto, intitulado “Apoio à implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária” (BRA/04/044-S272) objetivou apoiar o desenvolvimento da produção agrícola em Angola como um instrumento de desenvolvimento econômico-social (ABC, 2012). O Brasil tinha como instituição executora para o projeto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária e a Angola o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, por meio do Departamento Nacional de Agricultura, Pecuária e Florestas (DNAPF). O projeto contou com uma verba de US\$ 192.735,00. No final de 2011, o relatório apresenta o projeto como parado, sendo negociada uma data para envio de uma missão à Angola para revisão do projeto. Novamente, não se localizou uma comprovação que indique se a missão foi ou não enviada (Brasil, 2012).

Houve, em novembro de 2012, a assinatura de um complemento ao acordo assinado em 1980. Esse complemento trazia, como anexo único ao acordo, as seguintes atividades a serem desenvolvidas na área da agricultura e desenvolvimento rural a implementação de programas e projetos nos seguintes domínios: Investigação e Transferência de Tecnologia; - Extensão e Desenvolvimento Rural; Mecanização e Instrumentação Agrícola; Formação e treinamento de quadros; Gestão Florestal; Gestão Ambiental; Agronegócio; Intercâmbio de informação e documentação; Cooperativismo e Troca de experiências no desenvolvimento da cultura do café robusta (Brasil, 2012).

Não há nenhum projeto intermediado pela ABC em andamento para a área da agricultura, pecuária ou pesca com a Angola. Estão registrados apenas sete projetos nas áreas da educação e da saúde. Entre os projetos concluídos estão cursos de produção de frutas tropicais, ministrados pela Embrapa (2002; 2004; 2008); o projeto de “reorganização, fortalecimento

institucional e inovação mercadológica da extensão rural como estratégia de desenvolvimento rural sustentável em Angola”, desenvolvido entre 2005 e 2006, em parceria entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Minas Gerais e a Universidade Federal de Viçosa (UFV); o projeto “Missão de Formulação de Projeto ABC/Embrapa e JICA¹⁰ visando a definição do Conteúdo do Curso Internacional de Produção e Processamento da Mandioca”, desenvolvido em 2007 e 2009, pelo Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical da Embrapa; o Curso Internacional de Produção Sustentável de Hortaliças (2007 e de 2011 a 2015) desenvolvido pela Embrapa – Unidade Hortaliças. O objetivo deste curso foi de melhorar a produção de hortaliças, de modo a contribuir para a segurança alimentar dos países africanos de língua oficial portuguesa (ABC, 2020).

Foi desenvolvida ainda como atividade isolada, a Semana do Etanol – Compartilhando a Experiência Brasileira, desenvolvido em 2009 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2015b) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O objetivo da atividade foi proporcionar a técnicos africanos a realização de treinamentos em sistemas de produção de cana-de-açúcar, manejo pós-colheita, produção, armazenamento e distribuição de etanol.

Entre os projetos desenvolvidos estava o “Apoio à formação profissional rural e promoção social em Angola”. O projeto foi desenvolvido pelo SENAR entre junho de 2010 e fevereiro de 2014. O objetivo deste projeto, um dos mais longos registrados pela ABC, era capacitar os técnicos de extensão rural, visando o fortalecimento do corpo técnico para orientar os produtores rurais no sentido de revitalização e reorganização do setor produtivo rural angolano.

Houve ainda as “Missões para a prospecção de cooperação em pesca e aquicultura em Angola”. O projeto iniciado em junho de 2013 e finalizado em junho de 2014, teve como objetivo contribuir para melhorar a atuação do Ministério das Pescas de Angola. As principais demandas eram

¹⁰ *Japan International Cooperation Agency.*

a criação de alevinos e o desenvolvimento das atividades de aquicultura. O projeto foi conduzido pelo próprio MPA.

De acordo com Reis (2019), o governo de Angola criou um novo plano de desenvolvimento agrícola de 2018-2020 com o objetivo de diversificar a produção e construir a capacidade de produção de alimentos para a demanda interna. Tal objetivo tem como premissa a redução da dependência significativa que Angola hoje tem da importação de alimentos. É ciência do governo o fato do acesso ao crédito ser um limitador importante para o desenvolvimento do setor. Por isso, destinou um percentual orçamentário para incentivar o setor, mas, essa política ainda não foi suficiente para resolver o problema do setor agropecuário em Angola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a necessidade que Angola apresenta para estabelecer convênios que possam auxiliar os produtores rurais, em sua maioria familiares, para a adoção de novas tecnologias agropecuárias. Nesse sentido, o Brasil é um dos países que dispõe de grande potencial para oferecer essa assistência técnica de extensão rural.

Apesar do potencial brasileiro, percebe-se que o estabelecimento desses acordos bilaterais depende mais de vontade política do que propriamente de capacidade técnica. Visto que os convênios já existentes no campo agropecuário foram firmados em governos que valorizavam esses acordos não apenas na perspectiva econômica, mas também nos que priorizaram as relações do eixo sul-sul, a diversificação de parcerias e a inserção internacional, com a valorização da diplomacia solidária.

A lacuna temporal de 10 anos entre a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, em 1980, no governo Militar de João Baptista Figueiredo e do Governo Angolano de José Eduardo dos Santos e sua promulgação em 1990, já no governo brasileiro de Fernando Collor de Mello e ainda no mesmo governo angolano, evidencia a falta de vontade política, do lado brasileiro, por no mínimo uma década, para de

fato fazer valer o acordo assinado. Destaca-se que durante esse período, o Brasil ainda passou pelo governo de José Sarney, cuja política externa não tinha no Continente Africano sua prioridade, mesmo reconhecendo a importância das relações entre Brasil e África, sobretudo, com África do Sul e Angola.

Lacuna ainda maior se observa entre 1990 e o ano de 2006. Foram 16 anos em que não houve uma relação mais próxima do ponto de vista de relações bilaterais entre o Brasil e o Continente Africano, apesar de alguns empreendimentos, como a criação da CPLP, em 1996, durante o governo de FHC. No entanto, projetos de transferência de tecnologia e extensão rural com a África só figuram nos registros da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a partir de 2006.

O contexto histórico apresentado neste artigo retrata a necessidade de transferência de tecnologia aos produtores familiares em Angola, não apenas para aumento da renda, mas também como ação importante para a soberania alimentar o que pode reduzir consideravelmente a insegurança alimentar e nutricional no país, além obviamente trazer maior renda a esse produtor, saindo da condição de produção de subsistência para produção comercial. Destaca-se ainda, a importância de considerar a sustentabilidade dos sistemas alimentares nesse processo. E nesse sentido, o Brasil poderia estabelecer importantes parcerias para a extensão rural, capacitando o produtor familiar angolano para a adoção de tecnologias agrícolas. Em contrapartida, a Angola poderá ser um mercado consumidor importante dos insumos e tecnologias produzidos pela agroindústria brasileira, além de colocar o país como ator proativo na política de cooperação internacional.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE (ADRA). *Análise comparativa dos vários modelos de intervenção rural em Angola*. Primeiro módulo. Antena Luanda: Bengo, 2003.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Relatório dos projetos (2012)*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/175>. Acesso em: 20 out. 2020.

ALVES, G. J. F.; MAFRA, L. A decadência da influência brasileira na agenda social internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 6., Belo Horizonte, 2017.

ANGOLA. Instituto de desenvolvimento agrário. *Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, 2008*. Disponível em: <http://www.search?source=hp&ei=1Wykxy-3VIJOAafK7XYDA&=extensao+rural+em+angola&oq=rural+em+Angola>. Acesso em: 24 set. 2020.

Angola. Instituto Nacional de Estatística (INE) do Governo angolano. *Relatório de Pobreza Multidimensional, 2020*. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637494425092204878.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. *Plano Nacional de Desenvolvimento*. Luanda: MPDT, 2012.

ANGOLA. *Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola 2014*. Disponível em: http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf. Acesso em: 28 abr. 2020.

AYAZ, S.; HUSSAIN, Z.; SIAL, M. H. Role of credit on production efficiency of farming sector in Pakistan (a data envelopment analysis). *World Academy of Science, Engineering and Technology*, Turquia, n.42, p.1028-1033, 2010.

BALL, J. From Cabinda to Cunene: monuments and the construction of Angolan nationalism since 1975. *Journal of Southern African Studies*, v.45, n.5, p.821-840, 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Relatório de Progresso. *Projeto Bra/04/044 Implementação de Programas E Projetos de Cooperação Técnica Prestada a Países em Desenvolvimento*. Brasília: MRE, 2012. Disponível em: <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/BRA/RP%2004%20044%202011%20AMC.doc>. Acesso em: 29 set. 2020.

CARDOSO, A. A análise da situação do sector agrário em Angola. *Conferência Nacional: o papel da agricultura no desenvolvimento socioeconômico de Angola*. Luanda, 2004.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CIRILLO, C.; NOGUEIRA, L. M. C.; SOARES, F. V. *Compartilhamento de conhecimentos entre o Brasil e a África sobre a proteção social e a segurança alimentar e nutricional*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016.

CONCEIÇÃO NETO, M. Angola: the historical context for reconstruction. In: ROBSON, P. (org.). *Communities and reconstruction in Angola*. Canada: Development Workshop, 2006. p.23-50.

CORREIO BRASILIENSE. *Brasil e Angola assinam acordo de cooperação técnica e científica*. 23 de jun. 2010. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/mundo/2010/06/23/interna_mundo,199099/brasil-e-angola-assinam-acordos-de-cooperacao-tecnica-e-cientifica.shtml Acesso em: 10 ago. 2020.

DONG, F.; LU, J.; FEATHERSTONE, A. M. *Effects of credit constraints on productivity and rural household income in China*. Ames (IA): Iowa State University, 2010.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL (EMATER-DF). 2018. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/rel2014.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

ESCRITÓRIO INDEPENDENTE DE AVALIAÇÃO DO FIDA (IFAD INDEPENDENT EVALUATION OFFICE) (IOE). *República da Angola Avaliação da Estratégia e do Programa do País (2017)*. Disponível em: <https://www.ifad.org/documents/38714182/40296310/Full+document+-+Portuguese.pdf/7d67cb9b-a30a-4b15-81c2-3ffdd876d6f7>. Acesso em: 20 out. 2019.

FERNANDES, C. I. S. *Análise das estratégias de combate à pobreza em Angola: contributos para um modelo de planeamento e avaliação*. 2017. Tese (Doutorado) - Programa em Estudos Africanos, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLO AGRICOLA (FIDA). *Discurso do Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola, Gilberto Buta Lutucuta: 26ª sessão do Conselho de Governadores do FIDA*. Roma, FIDA, 2003.

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLO AGRICOLA (FIDA). *Fundo de internacional de desenvolvimento agrícola (2020)*. Investir na população rural de Angola. Via paola di dono, Itália, fev. 2014. Disponível em: <https://www.ifad.org/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017*. Fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria. Roma: FAO, 2017.

GALLI, R. E. A crise alimentar e o estado socialista na África Lusófona. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n.6-7, dez. 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (INE). *Relatório de Pobreza Multidimensional de Angola (2014)*. Disponível em: https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/Angola_PM_2020.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (INE). *Relatório de Pobreza Multidimensional de Angola (2020)*. Disponível em: https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/Angola_PM_2020.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

- MAGAJA, D.; AGAI, G.O. *Access to finance for inclusive agribusiness development*. Luanda, 2018. Disponível em: https://www.2scale.org/upload/650938_2SCALE_paper11.pdf. Acesso em: 28 abr. 2020.
- MBOMBA, M. G.; HENRIQUES, P. D.; REGO, M. C.; CARVALHO, M. L. S. Desenvolvimento rural e a redução da pobreza. *Revista Angolana de Sociologia*, Luanda, v.4, p.67-86, 2009.
- MENDONÇA JÚNIOR, W.; FARIA, C. A. P. de. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.58, n.1, p.5-22, jun. 2015.
- MENDONÇA, B. T. P. B. *Brasil-Angola: cooperação para o desenvolvimento agrícola: pistas para o futuro*. 2016. Tese (Doutorado) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Agrostat: Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro 2015a*.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Indicadores 2015*. 2015b. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- MORDOR INTELLIGENCE. *Agriculture in Angola - Major Crops and Cereals with Production, Trade, and Consumption Analysis, Trends, and Forecasts (2019)*. Disponível em: <https://www.mordorintelligence.com/industry-reports/agriculturein-angola>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- MWAIKAFANA, A. N. *Políticas públicas e desafios no meio rural angolano: promoção do desenvolvimento sustentável na aldeia de Ondova (Kwanyama; Kunene)*. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Évora, Portugal, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ***Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Angola***. 2018. Disponível em: <http://onuanguola.org/IDH>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- PACHECO, F.; CARVALHO, M. L. S.; HENRIQUES, P. D. Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana. Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural. In: ENCONTRO LUSO-ANGOLANO NA UNIVERSIDADE METODISTA DE ANGOLA, 2., 6 a 8 out. 2013. *Actas [...]*. Luanda, 2013.
- PAIN, R. S. *Desafios da participação social em um país de conflito agudo: estudo a partir da ONG Angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)*. 2007.
- PINTO, J. N. S. *A construção da política de segurança alimentar e nutricional em Angola*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2018)*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/index.php>, 2017. Acesso em: 20 ago. 2019.

REIS, C. F. C. *Fontes de financiamento externas o caso agroalimentar em Angola*. 2019. Tese (Doutorado) - Instituto Superior de Gestão, Angola, 2019.

RELA, J. M. Z. *Angola: o futuro já começou*. 2.ed. Luanda: Nzila, 2005.

RIBEIRO, C. O. Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.51,n.2,p.39-59, dez. 2008.

ROCHA, M. J. A. *Os limites do crescimento económico em Angola*. Luanda: Mayamba, 2012.

ROSA, S. I. *Projeto Angola-Brasil e o Paradoxo da Abundância*. 2011. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Campos Mendes, Campos dos Goytacazes, 2011.

SHANKLAND, A.; GONÇALVES, E. Imagining agricultural development in southsouth cooperation: the contestation and transformation of ProSAVANA. *World Development*, Oxford, v.81, p.35-46, 2016.

VIEIRA, S. C.; BERNARDO, C. H.; LOURENZANI, A. E.; SATOLO, E. G. The history of rural extension in Brazil: from reproduction to reflection. *História Atual Online*, Cádiz, n.52, p.45-56, jun. 2020.

VILAS-BÔAS, J. C. *A presença de empresas brasileiras na África: incentivos atrativos e motivações*. Brasília: Editora UnB, 2014.